

MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE CRICIÚMA/SC

SUBTERRANEAN MEMORIES OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: A PROPOSAL FOR THE TEACHING OF HISTORY IN CRICIÚMA/SC

MEMORIAS SUBTERRÁNEAS DE LA DICTADURA CIVIL-MILITAR: UNA PROPUESTA PARA LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA EN CRICIÚMA/SC



Morgana Vieira Modolon¹
Mônica Martins da Silva²

Resumo: Esse artigo tem como objetivo refletir sobre as memórias subterrâneas da ditadura civil-militar em Criciúma, associadas às experiências de personagens históricos locais. A proposta de Ensino de História articula a análise de fontes históricas e a problematização de diferentes marcos urbanos da cidade, com a finalidade de sensibilizar e aproximar professores e estudantes da Educação Básica sobre a temática. A memória é mobilizada como categoria central de análise, articulada à perspectiva dos temas sensíveis e da Educação Patrimonial. Adotou-se como metodologia a análise bibliográfica e documental, produzindo uma reflexão teórico metodológica que resultou na construção de uma proposta didática na qual se destaca um roteiro de percurso urbano. O percurso articula memórias e espaços de repressão e resistência à ditadura civil-militar em Criciúma a partir de cinco pontos: I) Estádio Heriberto Hülse; II) Centro Cultural Jorge Zanatta; III) E. E. F. Professor Lapagesse/C. E. I. Professor Lapagesse; IV) Sindicato dos Mineiros de Criciúma; V) Rádio Difusora. A interpelação dos lugares selecionados, a partir das memórias de sujeitos diversos que sofreram as violências da ditadura, contribui para a construção de outras narrativas dos acontecimentos que se desencadearam em Criciúma. Especialmente nesses lugares, que ora foram

ARTIGO

palco de resistências, ora espaços de repressão e violação de direitos humanos, existe a possibilidade de pensar outras formas de se ensinar a temática em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História; Ditadura Civil-Militar; Memórias subterrâneas; Temas Sensíveis.

Abstract: This article aims to reflect on the underground memories of the civil-military dictatorship in Criciúma, associated with the experiences of local historical figures. The History Teaching proposal integrates the analysis of historical sources with the problematization of different urban landmarks in the city, seeking to engage and bring teachers and students from Basic Education closer to the topic. Memory is mobilized as a central category of analysis, articulated with the perspective of sensitive themes and Heritage Education. The methodological approach combines bibliographic and documentary analysis, producing a theoretical-methodological reflection that results in the construction of a didactic proposal, in which an urban itinerary stands out. This itinerary interweaves memories and spaces of repression and resistance to the civil-military dictatorship in Criciúma through five key points: I) Heriberto Hülse Stadium; II) Jorge Zanatta Cultural Center; III) E.E.F. Professor Lapagesse / C.E.I. Professor Lapagesse; IV) Criciúma Miners' Union; V) Rádio Difusora. The engagement with these selected sites, based on the memories of diverse subjects who endured the dictatorship's violence, contributes to constructing alternative narratives about the events that unfolded in Criciúma. Particularly in these places, which at times served as stages of resistance and at others as spaces of repression and human rights violations, lies the opportunity to rethink how this historical period can be taught in the classroom.

Keywords: History Teaching; Civil-Military Dictatorship; Subterranean Memories; Sensitive Themes.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las memorias subterráneas de la dictadura civil-militar en Criciúma, asociadas a las experiencias de personajes históricos locales. La propuesta de enseñanza de la Historia articula el análisis de fuentes históricas con la problematización de diferentes hitos urbanos de la ciudad, con el propósito de sensibilizar y acercar a docentes y estudiantes de la Educación Básica a esta temática. La memoria se moviliza como categoría central de análisis, articulada con la perspectiva de los temas sensibles y la Educación Patrimonial. Se adoptó como metodología el análisis bibliográfico y documental, produciendo una reflexión teórico-metodológica que resultó en la construcción de una propuesta didáctica en la que se destaca un itinerario urbano. Dicho itinerario entrelaza memorias y espacios de represión y resistencia a la dictadura civil-militar en Criciúma a partir de

ARTIGO

cinco puntos clave: I) Estadio Heriberto Hülse; II) Centro Cultural Jorge Zanatta; III) E.E.F. Profesor Lapagesse / C.E.I. Profesor Lapagesse; IV) Sindicato de Mineros de Criciúma; V) Rádio Difusora. La interpelación de estos lugares seleccionados, a partir de las memorias de sujetos diversos que sufrieron las violencias de la dictadura, contribuye a la construcción de otras narrativas sobre los acontecimientos que se desarrollaron en Criciúma. Especialmente en estos lugares, que en ciertos momentos fueron escenarios de resistencia y en otros espacios de represión y violación de derechos humanos, existe la posibilidad de repensar nuevas formas de enseñar esta temática en el aula.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Dictadura Civil-Militar; Memorias Subterráneas; Temas Sensibles.

Introdução

Nas últimas décadas, a historiografia da ditadura no Brasil tem enfatizado o uso do termo “civil-militar” para caracterizar o golpe de 1964, buscando evidenciar a participação ativa de setores civis na instauração e sustentação do regime autoritário. Autores como Daniel Aarão Reis (2004) e Carlos Fico (2012) destacam que a ditadura não foi apenas um projeto das Forças Armadas, mas contou com o apoio e envolvimento direto de elites empresariais, setores do judiciário, da mídia e políticos conservadores, que se beneficiaram das políticas repressivas e econômicas do período.

Essa abordagem contrasta com a experiência de países como Argentina e Chile, onde a memória pública do período foi marcada pelo protagonismo das vítimas e pela responsabilização de agentes do Estado. No Brasil, a anistia ampla de 1979 e a ausência de uma justiça de transição eficaz contribuíram para a invisibilização da participação civil no regime.

O termo “civil-militar”, portanto, surge como um esforço historiográfico para romper com a narrativa tradicional que atribui exclusivamente aos militares a condução do regime, ampliando a compreensão sobre os diferentes atores que possibilitaram sua continuidade. Cabe ressaltar, que não se trata de apontar pessoas como culpadas, mas atribuir responsabilidade e participação nesse processo também a grupos empresariais que não estavam sob controle militar. Por isso, atualmente, o termo “civil” tem sido substituído por alguns autores, especialmente de cunho marxista, pelo termo “empresarial”. Nessa pesquisa há concordância com essa abordagem, no entanto, como o enfoque do trabalho não está na discussão historiográfica sobre esta questão, optou-se por utilizar o termo mais difundido.

Para além dessa discussão teórica, novos desafios se colocam aos historiadores brasileiros, especialmente a partir da divulgação de documentos e da publicação dos relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade (CV) e publicados em 2014. Cabe destacar que as CV foram organizadas tarde no país, mais de vinte anos depois do fim da ditadura. Atualmente os historiadores se veem diante de uma quantidade gigantesca de fontes para analisar, bem como precisam enfrentar o sigilo sobre alguns documentos que ainda se mantêm enterrados em arquivos militares e implicam no persistente desconhecimento do paradeiro de mais de 200 pessoas, presas ou sequestradas pelos militares na época.

Os horrores da ditadura ultrapassam os números informados nos relatórios oficiais, que apontam para as inúmeras formas de violações dos direitos humanos e repressão praticadas pelo Estado brasileiro. Bauer (2011) caracteriza o processo histórico em questão como terrorismo de Estado, uma vez que a sociedade civil como um todo foi afetada e, portanto, vítima do terror. Isso porque a medida em que se desenvolvia a perseguição aos “subversivos”, aqueles que os cercavam eram tomados pelo medo, que,

ARTIGO

pouco a pouco, se estendeu por toda a sociedade civil. A censura foi um importante dispositivo de controle, através do qual tentou-se impor uma memória conciliadora da ditadura, escondendo suas atrocidades e propagando mentiras positivas sobre suas práticas. Desse modo, até o presente, ainda é possível encontrar relatos de que não houve ditadura no Brasil, ou que a ditadura brasileira não foi violenta.

Mesmo com os projetos de memória que buscaram consolidar uma ideia de conciliação, as memórias traumáticas do período ainda existem, de modo que ambas as versões ainda possuem testemunhos e disputam lugar na esfera pública e, por isso, a abordagem da temática da ditadura requer alguns cuidados, especialmente na escola. Além disso, a rápida escalada da extrema direita ao poder no Brasil, após o golpe de 2016, acentuou a expansão de narrativas negacionistas, sobretudo acerca da História da ditadura militar, o que trouxe mais complexidade, mas ao mesmo ainda mais relevância, para a abordagem do tema na Educação Básica.

No campo do Ensino de História, uma das abordagens possíveis para o tema, tem sido aquela que considera a ditadura civil-militar como uma temática “sensível”, visto que possui demandas e questões não resolvidas no presente, tratando-se de um período que remete a momentos traumáticos da História brasileira e da memória de muitas pessoas, algumas delas ainda vivas (Gil; Eugênio, 2018).

É a partir dessa perspectiva que esse texto se situa. Fruto de uma pesquisa de enfoque qualitativo produzida no âmbito do Profhistória, o trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica e documental buscando analisar e refletir acerca das memórias da ditadura civil-militar em Criciúma, cidade situada no extremo sul catarinense, atualmente com pouco mais de 200 mil habitantes. Sua História está profundamente ligada à atividade da mineração, que teve relativa importância desde a ocupação da região, influenciando a construção de uma cultura política que foi bastante mobilizada durante a ditadura militar.

Outro aspecto importante dessa proposta de ensino da ditadura civil-militar brasileira, envolve as vivências **da docência** no Ensino de História. As autoras perceberam através de suas experiências, que alguns dos obstáculos para a progressão dos conhecimentos históricos dos estudantes estavam em suas memórias familiares, pois seus entes queridos não tinham memórias diretas do aspecto mais violento do regime. E ideias amplamente difundidas no senso comum, como as de que a ditadura só foi violenta para “bandido”. Desse modo, apresentamos, nesse texto, uma parte das reflexões teórico metodológicas da pesquisa que dialogam com a perspectiva da educação patrimonial e dos temas sensíveis no ensino de História, e uma parte da dimensão propositiva da pesquisa, buscando apontar formas de se abordar esse passado doloroso e difícil em sala de aula.

Apesar de uma historiografia reduzida, existem produções sobre aspectos da

ARTIGO

ditadura civil-militar em Criciúma, especialmente após a publicação dos relatórios das Comissões da Verdade em 2014. A cidade era vista pelos militares como uma “Cuba brasileira”³, de modo que, durante a Operação Barriga Verde (OBV)⁴, foram presas em Santa Catarina 42 pessoas, sendo 13 delas relacionadas ao movimento operário de Criciúma. Esses sujeitos vivenciaram a repressão em função de sua atuação política e resistência ao Golpe de 1964 e em sua maioria eram engajados no movimento sindical, com ligação com o Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Além de contribuir para a reflexão teórico metodológica a respeito da ditadura civil-militar brasileira no ensino de História, este artigo também se propõe a problematizar as muitas lacunas existentes na História Local de Criciúma, possibilitando a progressão do conhecimento histórico dos estudantes e aprofundando compreensão desse passado e das experiências vividas em âmbito local. Desse modo, também contribui para que os estudantes se percebam como sujeitos históricos, questionando as memórias hegemônicas sobre a ditadura civil-militar.

O conceito de memórias subterrâneas, desenvolvido por Pollak (1989) em seus estudos sobre as memórias do holocausto, foi mobilizado para compreender a memória dos entrevistados que narraram suas experiências com a ditadura civil-militar em Criciúma. Isso porque, apesar de contextos distintos, é possível fazer aproximações entre as memórias da ditadura civil-militar no Brasil e as memórias do holocausto na Europa. Além de tratar-se de memórias traumáticas, existe as disputas entre uma memória hegemônica, que se relaciona à memória oficial dos acontecimentos. Essa memória é construída por narrativas impostas pelo Estado ou pela cultura dominante. Em contraponto às memórias de grupos minoritários, que tendem a ter menos poder e capacidade de se fazerem ouvir. Isso se aplica ao caso das memórias da ditadura civil-militar em Criciúma, que se encontra fora do eixo político das grandes capitais brasileiras.

Dessa forma, foi possível se aproximar dos estudantes e dos acontecimentos narrados, uma vez que em sua maioria eram pessoas comuns da cidade que possuíam família, trabalhavam, estudavam, iam à igreja etc. Essa abordagem contribui para desenvolver a empatia dos estudantes em relação aos entrevistados e a compreensão das atrocidades que aconteceram no período. Ressaltando, também, que a memória é um elemento de disputa e é papel da História analisá-la e confrontá-la.

Partindo dessas considerações, nesse artigo será apresentada brevemente uma proposta de ensino de História que explora um percurso urbano, construído a partir de memórias subterrâneas da ditadura civil-militar em Criciúma, à luz de uma reflexão teórico metodológica que dialoga com a perspectiva da educação patrimonial e dos temas sensíveis no ensino de História. Para isso, na primeira parte do artigo, a cidade de Criciúma será contextualizada durante a ditadura civil-militar brasileira e posteriormente será apresentado o percurso urbano que resultou da pesquisa desenvolvida e que

propõe a visita a cinco lugares na cidade: o estádio Heriberto Hülse, o Centro Cultural Jorge Zanatta, a Escola de Ensino Fundamental (E. E. F.) Professor Lapagesse/ Centro de Educação Infantil (C. E. I.) Professor Lapagesse, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a Rádio Difusora.

Os lugares que compõem o percurso foram selecionados por compor espaços de experiências de diferentes sujeitos que viveram a ditadura civil-militar em Criciúma, cujas memórias foram silenciadas ou mesmo apagadas pelo tempo, contribuindo para a consolidação de uma memória hegemônica que silenciou acerca das violências e resistências ali vivenciadas.

Memórias da ditadura civil-militar em Criciúma

A proposta de ensino de História aqui apresentada está intimamente ligada a cidade como um lugar de memórias subterrâneas capazes de contar histórias “invisíveis” sobre a ditadura civil-militar em Criciúma. Mesmo que hoje isso não seja perceptível a olhos desatentos, muitos lugares na cidade foram espaços de experiências e que evocam memórias importantes para a História da cidade. Tais memórias foram soterradas por camadas de tempo que as encobrem, para construir a imagem de um passado de conciliação. Quem passa pelas ruas da cidade se encanta com a mistura entre o novo e o antigo, mas não percebe as histórias sombrias que ali estão gravadas. É necessário ter um olhar e ouvidos atentos para ver além das camadas superficiais. É necessário olhar para a cidade como um texto a ser decifrado e se inspirar em Benjamin (1989) ao apresentar suas reflexões sobre o flâneur e o seu modo de viver a cidade e Pesavento (2004) ao nos indicar que é possível ver a cidade através de suas camadas, como um palimpsesto. Por isso, antes de apresentar a proposta de ensino, é necessário apresentar a cidade e os lugares escolhidos.

Criciúma é uma cidade situada no extremo sul catarinense e sua História está profundamente ligada à mineração, que teve relativa importância desde a ocupação da região, influenciando a construção de uma cultura política e práticas cotidianas da cidade. Na historiografia de Criciúma se destacam obras que buscam analisar a trajetória de lutas dos trabalhadores da mineração em seu sindicato, o cotidiano da cidade e outras temáticas, alinhadas a renovação historiográfica proposta pela Escola dos Annales e possivelmente associadas a criação do curso de História na universidade da cidade, que atualmente funciona na UNESC.

Observando estas produções, percebe-se que durante boa parte de sua História, Criciúma teve o carvão como centro de sua economia e relações sociais. Até a segunda metade do século XX, a cidade ficou conhecida nacionalmente como a capital do carvão, tendo na agricultura e na mineração as duas atividades econômicas que deram base ao seu desenvolvimento. A partir de 1960, esse quadro começou a se modificar e

se iniciou um processo de diversificação econômica na região. Esse processo, segundo Volpato (2001), se deu por meio das indústrias cerâmicas de pisos e azulejos, dos quais Criciúma é hoje o maior produtor da América Latina. Além de também atuar no ramo de calçados e de couro, mecânicos-metalmecânicos, de transporte, de alimentos, da construção civil, de serviços e de plásticos.

Para Teixeira (1996), a dependência econômica criciumense da exploração de carvão, estava ligada diretamente às políticas públicas nacionais e contribuiu para desenvolver na política local um sistema patrimonialista de dominação. Isso levou muitos mineradores a entrarem para política e fez com que se confundissem interesses privados e públicos. Para o autor, isso contribuiu para que os empresários da mineração controlassem politicamente o local, se definindo como “donos da cidade”, especialmente entre os anos de 1930 e 1980.

No entanto, do lado oposto na luta de classes, os mineiros de Criciúma constituíam uma categoria significativamente organizada. Segundo Volpato (1984, 2001), o Sindicato dos Mineiros de Criciúma possui uma História marcada por momentos de militância e períodos de menor atuação, oscilando entre direções autênticas e “pelegas”. Criado em 1945, o Sindicato iniciou sua trajetória marcada por uma reduzida atuação e pelo peleguismo. Porém, para Volpato, o período compreendido entre dezembro de 1957 e 31 de março de 1964 representou uma fase de militância na defesa dos interesses imediatos da classe operária, constituído um marco do trabalhismo no Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Esse período foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964 e pela intervenção na Sindicato, que se estendeu por quase todo o período militar. A partir dos anos de 1970, houve tentativas de transformar o Sindicato novamente em uma instituição combativa. E nos anos de 1980 iniciou-se uma retomada das lutas coletivas e o sindicato consolidou a postura combativa.

De acordo com as memórias de Jorge Feliciano (1992), para promover a conscientização da classe trabalhadora em Criciúma foram organizados os Grupos dos Onze, nos anos de 1960. Esse indício ajuda a justificar os apontamentos encontrados na historiografia, de que os mineiros de Criciúma eram uma categoria bastante politizada e ativa. Os Grupos dos Onze eram organizações heterogêneas, tal como a esquerda brasileira, organizados em 1963 e gestados pela Frente de Mobilização Popular (FMP) para pressionar o governo por reformas.

Feliciano (1992) afirma que apenas no bairro Próspera existiram simultaneamente aproximadamente vinte Grupos dos Onze, reiterando que o Sindicato dos Mineiros de Criciúma era o grande articulador dos grupos na cidade. Corroborando a narrativa historiográfica e demonstrando grande empoderamento e consciência de classe por parte dos mineiros e outros operários da cidade. De acordo com o entrevistado, nesses

ARTIGO

grupos se reuniam trabalhadores de diferentes categorias, com a finalidade de discutir pautas relacionadas à política e os acontecimentos do momento. Segundo Modolon (2022), de modo equivalente ao engajamento político dos mineradores, os mineiros de Criciúma se articulavam política e socialmente dentro de seu sindicato, tornando-o um ícone de luta, resistência e militância.

A imprensa local teve um importante papel nos acontecimentos que envolveram o golpe civil-militar em Criciúma e o Sindicato. Em Criciúma, havia três grandes veículos de imprensa em 1964, cada um com um papel na construção do golpe civil-militar e no período que o sucedeu: o jornal impresso *Tribuna Criciumense* e as rádios Difusora e Eldorado.

Para Zanelatto e Campos (2018), a produção jornalística do *Tribuna Criciumense* não possuía uma constância editorial, modificando-se em diferentes períodos. Porém, é possível identificar um forte posicionamento anticomunista nos períodos que correspondem ao governo de João Goulart, o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar.

Já a Rádio Eldorado, segundo Ciro Manoel Pacheco, mineiro e sindicalista criciumense, “era considerada a rádio dos patrões, e de fato era” (Pacheco, 2012, p. 12). Silva (2018) afirma que a Rádio Eldorado se constituiu como uma emissora das elites locais, atrelada aos interesses dos mineradores e que foi fundada pelo minerador, empresário e político local, Domício Freitas, o que ajuda a compreender a representação cristalizada na memória de Pacheco.

Em contrapartida, a Rádio Difusora surgiu nos anos de 1960 e pertencia ao deputado federal Doutel de Andrade, do PTB. Era comandada por Addo Vânio de Aquino Faraco, agente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC). Segundo Rosa (2006), a rádio, desde sua fundação, deu amplo espaço para as discussões políticas da cidade, do país e do mundo, de modo que é possível conjecturar que o acesso às discussões através da rádio, também contribuíram para a formação política e o desenvolvimento de uma consciência de classe por parte dos mineiros, uma vez que havia programas como “A hora sindical”, que ia ao ar todas às terças feiras e que contava com a participação frequente de sindicalistas como Jorge Feliciano.

A Rádio Difusora tinha sua importância na articulação dos trabalhadores e concorria diretamente com a Rádio Eldorado pela atenção dos ouvintes. No entanto, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, a Rádio Eldorado se tornou hegemônica na cidade, isso porque “na manhã de 2 de abril, poucas horas depois do golpe, a Rádio Difusora foi interditada, justamente por conta do conteúdo que transmitia, e assim permaneceu até o final do ano” (Silva, 2018, p. 79).

Esse episódio é presente na memória de militantes que atuaram em Criciúma na resistência ao golpe, como Ciro Pacheco e Jorge Feliciano. Segundo Feliciano (1992),

ARTIGO

a Rádio Difusora foi decisiva na organização de uma greve geral e na resistência ao golpe em 31 de março de 1964. Cerca de seis mil pessoas, incluindo mineiros ativos e aposentados, reuniram-se na praça Nereu Ramos. Ele narra que, embora tenha alegado que os mineiros estavam armados, seu único intuito era dissuadir a polícia invadir o Sindicato e manter a mobilização, mas na realidade, não havia armas.

Nas memórias de Feliciano (1992), os grevistas esperavam que se repetisse o que aconteceu em 1961, durante a campanha da legalidade, quando o 3º Exército veio de Porto Alegre, sob comando de Leonel Brizola, fez trincheiras entre Criciúma e Içara para garantir a posse de João Goulart, um acontecimento inexplorado na historiografia local, mas que é brevemente mencionado em algumas entrevistas.

Durante o golpe de 1964, Jorge Feliciano e Ciro Manoel Pacheco descrevem uma situação tensa em Criciúma. Feliciano (1992) relata que, enquanto o exército de Tubarão se posicionava em Jaguaruna, eles mantiveram a Rádio Difusora ativa, convocando os trabalhadores para se mobilizarem e resistirem ao golpe. Eles responderam aos pedidos para fechar a rádio desafiando o exército a fazê-lo, acreditando-se seguros devido aos rumores e pela suposição do exército de que estavam armados. Com cerca de seis mil pessoas na Praça Nereu Ramos, incluindo mineiros e aposentados, a greve persistiu até o dia 2 de abril. Eles esperavam apoio do exército de Porto Alegre, que nunca chegou.

Como os reforços nunca chegaram, o movimento acabou se desintegrando e várias pessoas foram presas, incluindo líderes sindicais, vereadores, jornalistas e apoiadores do movimento de resistência. Feliciano menciona que as prisões foram facilitadas pela organização da direita na cidade e pela cooperação de denunciantes, incluindo o padre Stanislau Cizeski, que era um centro de informações e indicava quem deveria ser preso (Feliciano, 1992).

Antes das prisões, no entanto, a Rádio Difusora ainda foi palco de uma última cena de resistência estudantil. Vitali (2013) afirma que não havia consenso e nem houve um posicionamento imediato da União dos Estudantes Secundários de Criciúma (UESC) em relação ao golpe. Mas alguns estudantes, que disputavam internamente um posicionamento mais à esquerda por parte da UESC, receberam os militares de cima do prédio da Rádio Difusora arremessando ovos em sua chegada.

Assim que os militares efetivaram o golpe civil-militar em Criciúma, em dois de abril de 1964, de acordo com Triches e Zanelatto (2015), os principais membros da executiva do PTB na cidade foram presos: seu presidente e dirigente da Rádio Difusora Addo Vânio de Aquino Faraco; os vereadores José Martinho Luiz e Abílio dos Santos; além do médico Manife Zacarias, que era um conhecido líder local do Partido Comunista.

Além disso, segundo Volpato (2001), a Rádio Difusora foi fechada e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma posto sob intervenção. A diretoria do Sindicato foi presa

com outros 40 mineiros, sob acusação de práticas subversivas e de serem filiados ou simpatizantes do Partido Comunista.

O prédio onde funcionava Rádio Difusora atualmente encontra-se descaracterizado. Isso porque, pouco tempo depois de um incêndio ter destruído os estúdios da emissora, a Rádio Difusora foi fechada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL). O incêndio consumiu as instalações da rádio no mesmo dia em que completava seu décimo quinto aniversário, no dia 13 de agosto de 1977. No entanto, segundo Rosa (2006), o real motivo que levou ao fechamento da rádio não foi o incêndio. Para o autor, os motivos nunca ficaram esclarecidos, uma vez que a rádio foi interditada durante a ditadura e não possuía ninguém que respondesse por suas atividades junto a DENTEL. Addo Faraco foi impedido de atuar, pois foi perseguido e preso pelos militares em diferentes momentos da ditadura.

Durante o período do golpe e da ditadura civil-militar Criciúma não possuía quartel. O estabelecimento do golpe na cidade aconteceu com a chegada de tropas de Curitiba, vindas pelo Norte, passando por Tubarão e Jaguaruna. Em Jaguaruna, o exército mandou emissários para encontrar com os grevistas, que como já mencionado, difundiram a informação de que em Criciúma havia uma resistência armada. Na ausência de um quartel, havia na cidade apenas a intendência da polícia militar, que de acordo com Triches e Zanelatto (2015), era liderada pelo delegado Helvídio de Castro Veloso e permaneceu inerte mediante os rumores.

Triches e Zanelatto (2015), bem como Modolon (2022), afirmam que o primeiro local utilizado para deter os presos políticos em Criciúma foi a E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse. Como Criciúma não possuía quartel, as prisões foram executadas pelo Exército de Tubarão e se instalou na cidade o 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, que, sob liderança do coronel Newton Machado Vieira, foi responsável por realizar o inquérito policial militar das prisões.

Jorge Feliciano (1992), presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma no contexto do golpe, narra que chegou a cogitar a possibilidade de fugir, especialmente por conta de notícias de acontecimentos extremamente violentos envolvendo países vizinhos. No entanto, ele ressalta dolorosamente que devido a sua condição de trabalhador e pai de família, a fuga ou o exílio eram utopias impraticáveis. Ele destaca que foi preso inicialmente na E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse e que já havia outras pessoas detidas lá. Segundo ele, depois de alguns dias na Escola, os presos foram transferidos para o prédio onde funcionava o Plano do Carvão, local onde atualmente está sediado o Centro Cultural Jorge Zanatta.

Na Escola, segundo Triches e Zanelatto (2015), de forma improvisada, os prisioneiros foram separados em grupos e os líderes da mobilização de 31 de março foram identificados e colocados em celas isoladas, para inviabilizar qualquer articulação. Os

ARTIGO

primeiros locais das prisões foram as salas de aula. Marlene Schaarschmidt (2019) relata que, durante a ditadura, o exército ocupou o Colégio Lapagesse, gerando pânico entre os estudantes. Como resultado, muitas crianças foram transferidas para o jardim de infância Pequeno Príncipe, fundado por ela e a professora Jessy Cherem.

Jorge Feliciano (1992) afirma que não houve interrogatórios no período em que esteve preso na E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse e nem a prática de tortura. Segundo ele, os interrogatórios eram bem pontuais: “queriam saber se éramos comunistas. Porque tínhamos feito a greve. Porque tínhamos apoiado o Jango, em 1964. Porque não tínhamos participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (Feliciano, 1992, p. 4).

Ciro Pacheco (2012) relembra ainda um outro episódio marcante com a chegada dos militares em Criciúma após o golpe. Ele conta que o estádio Heriberto Hülse, sede do Criciúma Esporte Clube, um dos principais times de futebol da cidade, foi utilizado como espaço para triagem e interrogatórios de um grande grupo de pessoas, sobre os acontecimentos do dia do golpe civil-militar na cidade. Segundo Triches e Zanelatto (2015) cerca de mil trabalhadores foram convocados para interrogatório. Essas convocações, de acordo com Ciro Pacheco (2012), aconteceram através da Rádio Eldorado, destacando mais uma vez a importância da rádio como meio de comunicação e o antagonismo das principais emissoras da cidade no processo do golpe.

Em suas memórias, Feliciano (1992) também relaciona as prisões no Estádio Heriberto Hülse, com os Grupos dos Onze. Isso porque, além das convocações para o Estádio terem ocorrido através da Rádio Eldorado, sem nenhuma comunicação oficial aos convocados, elas também foram feitas logo após as prisões dos líderes sindicais e a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, onde se encontravam as fichas de inscrição nos grupos, que eram organizadas pelo Sindicato.

Assim como os usos da E. E. F. Professor Lapagesse/ C. E. I. Professor Lapagesse durante o período da ditadura, o Estádio Heriberto Hülse tem esse episódio apagado de sua História. Existem poucas menções na historiografia sobre tais acontecimentos e eles são completamente invisíveis na cronologia oficial do Criciúma Esporte Clube disponível no Estádio e no site oficial⁵.

O mesmo apagamento se estabelece sobre o edifício onde hoje se encontra o Centro Cultural Jorge Zanatta, utilizado como sede dos militares e prisão política em Criciúma, após a Escola. Nesse caso, o apagamento é ainda maior, pois hoje o espaço é um centro cultural, de modo que pode representar de forma simbólica tais acontecimentos em seus espaços, mas não o faz. E o tempo de uso deste espaço pelos militares se excedeu muito ao tempo de uso da Escola. Isso porque, segundo os relatos, a escola abrigou os prisioneiros por poucos dias e logo foram transferidos para o Plano do Carvão (Centro cultural em questão). Como a cidade não possuía quartel e o 28º Grupo de Artilharia

de Campanha (28º GAC) só chegou na cidade em 1977, o Plano do Carvão seguiu sendo o espaço utilizado pelos militares durante todo esse tempo.

O Plano do Carvão aparece nas memórias de muitos militantes que vivenciaram o período e acabaram sendo presos no local. Ele foi construído em 1942 para sediar as instalações do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) posteriormente Plano do Carvão e durante as décadas de 1960 a 1980 foi um espaço ocupado pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar em Criciúma. Foi também utilizado como local de prisão, mas também não há menção no site oficial¹³ da Fundação Cultural de Criciúma, onde existe uma cronologia sobre o edifício, que é um patrimônio histórico tombado onde atualmente funciona o Centro Cultural Jorge Zanatta, sede da Fundação.

Jorge Feliciano (1992) descreve que os interrogatórios eram realizados, individualmente, para evitar contato entre os presos. Ele próprio foi preso por cerca de 120 dias, passando um tempo na escola e depois no DNPM, antes de ser liberado em Curitiba. Feliciano (1992) relata ainda o sofrimento psicológico durante a detenção e as dificuldades enfrentadas após a libertação, incluindo estigmatização e desemprego. Segundo ele, os presos no DNPM enfrentaram tortura psicológica, com exceção de Nascimento de Brobio, que foi fisicamente violentado.

Como apresentado nesta parte do texto, a História da ditadura civil-militar em Criciúma é complexa e permeada por relações de memória e poder que envolvem diferentes sujeitos históricos. Essas memórias serão retomadas na última parte desse artigo, durante a apresentação do percurso urbano desenvolvido, como parte da dimensão propositiva da dissertação da qual resulta esse artigo.

As memórias da ditadura civil-militar brasileira como um tema sensível

A ditadura civil-militar brasileira, especialmente no que se refere às experiências vivenciadas na cidade de Criciúma, é aqui compreendida como um tema sensível no ensino de História, como já delineado na introdução desse texto. Isso porque trata-se de um passado ainda vivo, com questões latentes em nossa sociedade e permeadas por relações de poder no tempo presente. Ademais, devido a um longo processo de silenciamento que por muito tempo se impôs, assim como a falta de condenação moral dos acontecimentos do período, destaca-se a necessidade de se estudar a temática a partir das memórias subterrâneas de sujeitos que vivenciaram o período por perspectivas divergentes da narrativa hegemônica.

Bauer (2011) aponta que nos discursos sobre a ditadura civil-militar brasileira, encontram-se afirmações que minimizam a gravidade e a violência do período, por conta do número de mortos, torturados e desaparecidos, que na visão de alguns militares, chega a ser modesto se comparado ao total de habitantes do país ou a países

como a Argentina.

No entanto, para Bauer, “os números não são meios de medir dores e sofrimentos, aliás, não existe nenhuma forma para fazê-lo” (Bauer, 2011, p. 46). Isso porque, deve-se considerar que não apenas os sequestrados, torturados, presos, mortos e desaparecidos foram vítimas da ditadura, mas toda a sociedade, que foi submetida a um regime de terrorismo de Estado e viveu em estado de medo e alerta constante.

Desse modo, é preciso compreender o período de uma forma sensível e voltada para o reconhecimento da subjetividade desses sujeitos e suas experiências. Assim como não focar apenas nos números de mortos e desaparecidos, que numa perspectiva comparativa a outras experiências latino-americanas, podem ser utilizados para relativizar e diminuir a intensidade da violência do caso brasileiro.

Alberti (2016) aponta para a importância de fazer com que as polaridades em torno de um tema sensível não se tornem um obstáculo para a aprendizagem dos estudantes. Afinal, um tema é sensível de fato, quando possui questões não resolvidas no presente e ainda existam injustiças reais percebidas sobre ele. No caso da ditadura civil-militar, parte dessa injustiça reside, entre outros aspectos, na não reparação ou reconhecimento dos crimes de terrorismo de Estado cometidos e na invisibilidade das experiências traumáticas de inúmeros sujeitos que vivenciaram o período em questão. Em Criciúma, esse quadro não é diferente, uma vez que impera a percepção de que tais atrocidades não aconteceram na cidade.

Essa proposta visa redimensionar essa percepção especialmente nas novas gerações e por isso se direciona à Educação Básica, sendo adaptável tanto a estudantes do ensino fundamental anos finais, quanto do Ensino Médio. Isso porque, ressalta-se aqui a importância do professor enquanto mediador dos processos de aprendizagem, uma vez que cabe a ele a escolha do que ensinar e das estratégias para que de fato a aprendizagem aconteça. Além disso, destaca-se o protagonismo dos professores enquanto intelectuais e a importância de sua práxis, sendo estes os mais indicados a fazer as adequações necessárias e conduzir as reflexões de acordo com a faixa etária e os níveis de progressão de aprendizagem histórica de cada turma e cada estudante.

Apesar de não se tratar de bens oficialmente consagrados pelo Estado como Patrimônio Cultural, os lugares investigados são objetos de disputas entre uma memória hegemônica e memórias subterrâneas. Há um reconhecimento de um segmento da sociedade desses lugares no debate público. Ao mesmo tempo, há uma carência historiográfica sobre esses lugares nas pesquisas acadêmicas sobre a ditadura civil-militar em Criciúma e Patrimônio Cultural.

Apesar de não serem lugares reconhecidos majoritariamente pela sociedade civil que ocupa esses espaços cotidianamente, eles ainda guardam memórias subterrâneas. Essas memórias subterrâneas emergem, como apontado por Pollak (1989), em um

momento de crise da memória oficial. No caso em questão, apesar de não ser possível identificar uma memória oficial única, cimentada por instituições oficiais como o Estado, a Igreja ou a Universidade, existe uma memória hegemônica que se impôs à outras memórias e que consiste na negação da existência de um período de violência, censura e violações de direitos humanos em Criciúma, durante a ditadura civil-militar brasileira em 1964.

Esses locais podem servir de referência à memória e identidade dos catarinenses e da própria cidade. Além de servirem como uma bussola no presente, onde questões ligadas a esse passado ainda estão em disputa e eventualmente beirando a repetição. Por isso, as memórias hegemônicas devem ser tensionadas, fazendo com que emergam as muitas memórias subterrâneas presentes nesses lugares. Mesmo que soterradas através de muitas camadas de tempo, essas memórias podem ser evocadas e compartilhadas, possibilitando que outras narrativas possam ganhar espaço.

Dada a importância dessas memórias subterrâneas, utiliza-se o conceito de patrimônio histórico desenvolvido por Choay (2017, p. 11) que define patrimônio como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”. Por isso, os mencionados locais em Criciúma com um passado ligado à resistência ou repressão durante a ditadura civil-militar brasileira podem ser considerados patrimônios históricos. Sendo assim, considera-se importante revisitar esses locais e discutir sua relação com a ditadura para reconhecer seu valor histórico. A educação patrimonial, apoiada pelo uso de fontes históricas em sala de aula, pode facilitar o reconhecimento desses espaços como patrimônios e valorização das memórias subterrâneas a eles associados.

No caso dos lugares de memória selecionados nessa pesquisa e tomados como patrimônio cultural, existe uma memória hegemônica sobre o período em questão que é conciliadora e afasta o reconhecimento de que a cidade de Criciúma foi palco de histórias de dor e sofrimento, empreendidas por um Estado terrorista. Ações executadas por pessoas que eram perseguidas por suas visões de mundo, ainda que não ameaçassem a ordem social estabelecida, tendo negado sua subjetividade e sua liberdade. Compreendemos que o Ensino de História, por meio da Educação Patrimonial, pode ressignificar esse passado por meio de estratégias, como a construção de outras experiências na cidade, ressignificando marcos urbanos a partir de questionamentos fundamentos no diálogo com a historiografia e as fontes históricas, caminho bastante rico, mas ainda pouco explorado.

É preciso compreender que discutir as memórias sobre o período da ditadura civil-militar brasileira ativa os mais diversos sentimentos e sentidos sobre o passado. Para abordar a memória enquanto uma categoria de análise, tomou-se como referência central Pollak (1989) e suas contribuições sobre a memória subterrânea e Jelin (2002)

e suas contribuições para pensar as questões ligadas a memória nas experiências das ditaduras na América Latina e os trabalhos da memória.

Por isso, é importante lembrar que a memória é uma construção discursiva que está permeada por inúmeras relações de poder, estabelecidas tanto no presente, quanto no passado onde essas memórias foram forjadas, podendo haver mais de uma memória sobre um mesmo fato. Ou seja, as memórias são reconstruções feitas no presente, sobre um passado ausente, constantemente ressignificadas. Em razão disso, as memórias devem ser compreendidas como algo além das lembranças, que envolve também esquecimentos e silêncios, e são impregnadas por questões sociais relativas ao presente. No presente, em que vivemos constantes ataques à democracia brasileira, que cada vez mais demonstram suas fragilidades, emerge a necessidade de olhar para o passado a partir da perspectiva apresentada, a fim de consolidar a experiência democrática brasileira para o futuro.

Por retratar violações presentes durante a ditadura civil-militar e apontadas pela CNV, defende-se que o ensino desse conteúdo esteja norteado tanto pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2007) como pelas Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos. Tais documentos dialogam com os apontamentos de autores já mencionados, como Alberti (2016) e Gil e Eugênio (2018), que ressaltam a complexidade dos temas, e consequentemente a cautela necessária ao tratar do tema em sala de aula.

Interrogar a cidade e ressignificar marcos urbanos: uma proposta de percurso histórico em Criciúma

Mesmo que a temática da ditadura civil-militar brasileira seja parte obrigatória dos currículos, em turmas no nono ano do ensino fundamental e terceira série do ensino médio, nesta proposta se defende que a temática seja tratada também em outras turmas, de outros anos ou séries e seja desenvolvida por diferentes professores, que podem adaptá-la e adotar diferentes abordagens da temática.

Isso porque, como apontado por Duarte e Cerri (2012), através da experiência de países como a Argentina, que colocam a temática da ditadura em uma posição central do currículo, é possível perceber nos jovens uma posição mais contundente na defesa dos direitos humanos e da democracia como valores inalienáveis. De modo que, ampliar essa discussão aos demais ciclos, pode contribuir para que no Brasil, também se estabeleça a compreensão acerca da necessária condenação moral desse período.

Dante disso, a proposta pedagógica que apresentamos nesse artigo se divide em quatro momentos: Para o primeiro momento, são disponibilizados materiais didáticos norteadores para serem usados pelos professores em atividades prévias, como é o

caso do material abaixo.

Figura 1- Material didático de uso prévio

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 2- Material didático de uso prévio

Fonte: Elaborado pelas autoras

O material didático simula a estrutura e a estética de jornais impressos de comum circulação e intitula-se “A hora da censura”. O formato e o nome do jornal foram

ARTIGO

escolhidos a fim de possibilitar o contato dos estudantes com a temática da ditadura civil-militar brasileira. Neste material, será explanado de forma didática, de fácil leitura e compreensão, conhecimentos e informações necessários para um posterior aprofundamento realizado nas oficinas de fontes históricas, da temática da ditadura civil-militar no Brasil e em Criciúma. Além disso, esses conhecimentos facilitarão as leituras da cidade vivenciadas posteriormente no percurso urbano.

O jornal é dividido em sessões e apresenta textos com diferentes linguagens abordando conceitos centrais, como censura, democracia, ditadura, anticomunismo e direitos humanos. Ao longo de suas sessões, possui textos que desenvolvem acontecimentos importantes para compreensão do golpe e da ditadura civil-militar brasileira em nível nacional, como o comício de 13 de março, a Marcha da Família com Deus e pela liberdade, os atos institucionais (especialmente até o AI-5), a censura e a repressão, em episódios como o assassinato de Vladimir Herzog e a luta pela anistia. Desse modo, o material já traz os documentos que serão posteriormente utilizados nas oficinas de fontes, visto que tais documentos oferecem suporte para abordar tais assuntos, bem como outras referências bibliográficas.

Neste material didático, há também uma sessão específica para “noticiar” os acontecimentos do golpe civil-militar em Criciúma e a resistência de diversos setores da sociedade criciumenses, bem como a Operação Barriga Verde. Isso possibilitará que os estudantes, ao entrarem em contato com as fontes históricas na oficina, já estejam familiarizados com o contexto geral e com os principais acontecimentos em nível local, de acordo com a historiografia e as fontes posteriormente analisadas por eles, o que é de grande importância do ponto de vista metodológico.

Para o segundo momento, são propostas orientações e sugestões para o desenvolvimento das oficinas com fontes históricas, que também podem ser realizadas em sala de aula. As oficinas abordam acontecimentos da ditadura civil-militar em Criciúma a partir das memórias subterrâneas e se relacionam diretamente com os espaços de memória que posteriormente serão visitados no percurso.

Parte do material selecionado para as oficinas, são excertos de entrevistas selecionados de outras pesquisas, que fazem menção aos lugares de memória do percurso. Esses excertos estabelecem sobre tais lugares, o olhar de pessoas que neles viveram direta ou indiretamente suas experiências. Como é o Caso de Ciro Pacheco e Marlene Scharschmidt.

No caso de Marlene Scharschmidt (2019), é possível encontrar o relato de uma professora que teve que lidar com estudantes traumatizados por verem sua escola sendo transformada em um prisão. Já nos casos das entrevistas com Ciro Manoel Pacheco (2012) e Jorge Feliciano (1992), dois mineiros e sindicalistas criciumense, encontra-se o relato de pessoas que participaram da resistência ao golpe de 1964.

e a ditadura civil-militar na cidade. O que os levou a serem perseguidos e viverem experiências traumáticas de repressão. Ao mesmo tempo, é possível perceber as preocupações de pessoas reais, pais de família, trabalhadores preocupados com o sustento e a segurança de suas famílias, homens religiosos, entre outras subjetividades.

Além disso, outra importante fonte utilizada nesta etapa foram documentos que compõem o Inquérito Militar ACE N0022093 de 1975 que investigou a atuação do Partido Comunista em Santa Catarina no contexto da Operação Barriga Verde, e do Inquérito Militar N0055967, instaurado em 1964 e redigido pelo Coronel Newton Machado Vieira, sobre atividades subversivas na região carbonífera em 1964. Os documentos se encontram disponíveis no CEDOC-UNESC e podem ser encontrados através da plataforma de buscas do SIAN¹⁴.

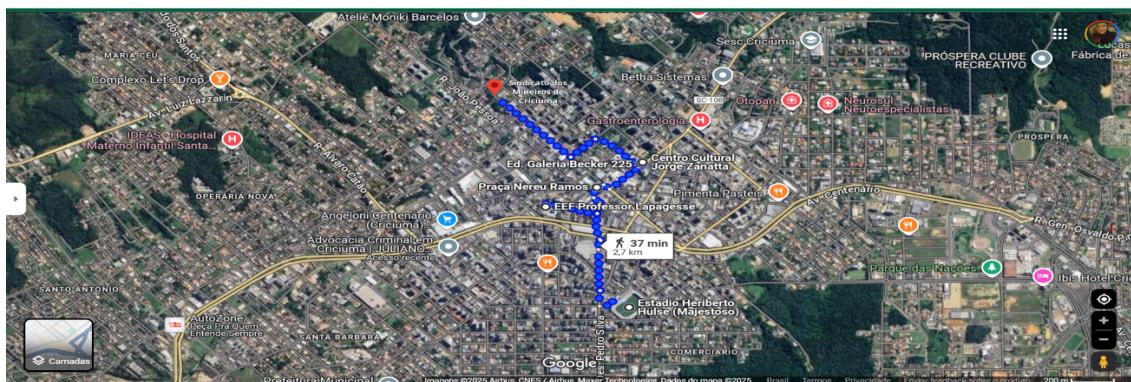
Para o terceiro momento das atividades é proposto o percurso urbano pelos lugares já mencionados e explorados a partir das memórias subterrâneas abordadas nas oficinas de fontes históricas. Para o percurso também são fornecidos orientações e direcionamentos para treinar o olhar e a percepção dos elementos e camadas de tempo presentes em cada lugar. Por fim, é sugerido um retorno a sala de aula, com ideias para a socialização de experiências.

O percurso urbano atravessa lugares que foram palco de repressão e resistência à ditadura civil-militar na cidade de Criciúma, aproximando os estudantes da temática e convidando-os a problematizar o seu olhar sobre a cidade, compreender as diferentes memórias em disputa e ressignificar o passado.

Tais lugares foram selecionados na construção do percurso a partir de relatos de memórias, obtidos em diferentes contextos, através da metodologia da história oral. Alguns desses espaços foram também definidos através do projeto de Lei Nº 6274/2013, como “lugares de memória” utilizados para ações de repressão durante a ditadura civil-militar do Município de Criciúma e deveriam ser devidamente identificados pelos seus usos, o que nunca aconteceu.

Na construção do percurso, a disposição dos lugares foi orientada considerando sua distância e o menor tempo para a execução. No entanto, trata-se de uma sugestão e a proposta foi construída a fim de possibilitar a visita de lugares isolados, ou em qualquer outra ordem. Ficando a critério do professor as adaptações necessárias. Os lugares encontram-se indicados no mapeamento a seguir:

Figura 3 - Roteiro do Percurso Histórico



Fonte: Google Maps (2025).

Editada para identificação do Sindicato dos Mineiros do Carvão que não consta mais no Maps.

A metodologia do percurso urbano propõe uma experiência imersiva, em que os estudantes podem refletir sobre as sensações de estar em locais que foram palco de eventos significativos durante a ditadura. Por meio de fontes históricas, como entrevistas e relatórios, abordadas com os estudantes durante as oficinas realizadas em sala de aula, os estudantes podem aprofundar seu entendimento sobre os eventos ocorridos e as experiências dos indivíduos envolvidos. Estes materiais são utilizados para construir uma narrativa que conecta os estudantes emocionalmente com as Histórias do local. A intenção é fazer com que eles compreendam as experiências das pessoas que viveram durante a ditadura, percebendo a humanidade das vítimas e a gravidade das violações de direitos humanos. Este aspecto imersivo do percurso permite que os estudantes compreendam o peso da História nas paredes do edifício. Eles são incentivados a observar as camadas de tempo sobrepostas na edificação, compreendendo como os eventos históricos moldaram o espaço físico e a memória coletiva da comunidade.

Questões norteadoras são apresentadas aos estudantes para guiar sua análise e reflexão sobre as fontes e o espaço. Estas questões incluem tópicos que suscitam reflexão sobre as formas de violação de direitos humanos evidentes nas narrativas, o significado das palavras usadas pelos entrevistados, as consequências das prisões na vida dos presos políticos, e a legitimidade das ações do regime militar sob o pretexto de segurança nacional.

O percurso urbano proposto começa na **Rádio Difusora**, um meio de comunicação emblemático em Criciúma e um ponto importante na resistência ao regime militar. A rádio, fundada em 1962, foi descrita como “uma rádio que se destacava por ter um perfil combativo, ligado aos interesses do proletariado” (Rosa, 2006, p. 21). Durante o golpe de 1964, a Rádio Difusora desempenhou um papel expressivo na mobilização

dos trabalhadores para a greve geral, resistindo ao avanço militar.

A Rádio Difusora, localizada estrategicamente na Praça Nereu Ramos, próxima a locais como a Catedral São José e a Galeria Benjamin Bristot, foi um ponto de encontro e de difusão de informações. Após o golpe, a rádio sofreu intensa censura, e um incêndio em 1977 marcou o fim de sua operação (Rosa, 2006). Hoje, o prédio da rádio abriga diversos estabelecimentos comerciais, mas ainda guarda traços de seu passado histórico.

O segundo local explorado pelo percurso é o **Estádio Heriberto Hülse**, importante ponto turístico e esportivo de Criciúma, que tem uma História intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da cidade. Durante a ditadura civil-militar, o estádio foi utilizado de maneira singular: serviu como ponto de reunião para a convocação e detenção de suspeitos de atividades subversivas.

A visita ao estádio, dentro do percurso urbano, é uma oportunidade para os estudantes explorarem as camadas históricas do espaço e refletirem sobre os diferentes usos ao longo do tempo. No contexto da ditadura, o estádio foi um local de angústia e medo para aqueles reunidos para interrogatórios, contrastando com seu uso habitual como espaço de entretenimento e esporte.

Durante a visita, os estudantes são encorajados a imaginar os acontecimentos narrados em entrevistas e relatos históricos, como os de Ciro Manoel Pacheco, que descreve a experiência de ser convocado para o estádio e os sentimentos de incerteza e receio associados a essa convocação. Este episódio específico não é amplamente conhecido ou reconhecido na História Oficial do Criciúma Esporte Clube, o que fornece elementos para a problematização desse espaço da cidade.

O terceiro ponto de parada no percurso urbano pela História da ditadura civil-militar em Criciúma é a **Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Lapagesse** (C. E. I. Professor Lapagesse). Durante a ditadura, este local serviu como um espaço de repressão, afetando a vida de muitas pessoas, incluindo crianças, e violando direitos humanos.

As fontes selecionadas para a oficina sobre esta escola incluem trechos das entrevistas de Ciro Pacheco e Jorge Feliciano, que mencionam o uso do local pelos militares durante o golpe de 1964. Pacheco (2012) relata que o prédio da escola, juntamente com outros locais, foi utilizado para detenções e interrogatórios, enquanto Feliciano (1992) descreve sua breve passagem pelo local como o primeiro lugar onde esteve preso.

Além disso, a professora Marlene Machado Schaarschimith (2019), em sua entrevista, aborda indiretamente o trauma vivido pelas crianças da escola durante esse período, destacando o medo e o estresse sofridos por elas devido à presença

ARTIGO

militar no edifício escolar. Esta perspectiva fornece um recurso de suma importância para entender como a sociedade civil foi afetada como um todo pela ditadura, além de contribuir para a humanização das vítimas e a condenação moral dos acontecimentos desse período.

No percurso, a visita à escola permite aos estudantes observar o espaço e considerar as narrativas das entrevistas observadas anteriormente na oficina em relação ao local. O professor pode orientar os estudantes na identificação de marcas da ditadura no edifício e discutir como a escola, enquanto instituição, pode ser vista sob a perspectiva de Michel Foucault (2009) como uma instituição de sequestro, utilizando técnicas de poder disciplinar.

As questões norteadoras para a oficina e a visita ao local incluem reflexões sobre os diferentes tipos de fontes analisadas, os sujeitos que narram suas experiências, os grupos de pessoas afetados pela ditadura, as violações de direitos humanos identificadas nas narrativas, e como essas experiências se relacionam com a realidade atual dos estudantes. Estas questões são essenciais para avançar no entendimento conceitual do período da ditadura civil-militar, além de estimular uma reflexão crítica sobre os direitos humanos e o papel da escola na sociedade.

O quarto local no percurso é o **Centro Cultural Jorge Zanatta**. Este local, originalmente construído para abrigar o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e posteriormente usado como espaço de repressão durante a ditadura, hoje se destaca como um importante centro cultural.

A visita se inicia com uma análise das transformações físicas e funcionais do edifício ao longo do tempo, desde sua construção em 1942 até os dias atuais. Os estudantes são convidados a refletir sobre como o espaço, que uma vez serviu para atividades relacionadas à produção de carvão e posteriormente foi utilizado para repressão e tortura, transformou-se em um centro de cultura e arte. Esta transformação simboliza não apenas a mudança física do edifício, mas também a transição da cidade e da sociedade de um período de repressão para um de expressão e liberdade.

O último local do percurso é o **Sindicato dos Mineiros de Criciúma**. A abordagem proposta para este local se baseia na compreensão de Walter Benjamin (1989) sobre o flâneur, que vê a cidade como uma paisagem de polos dialéticos e camadas de tempo. Assim, mesmo com a demolição do edifício do Sindicato, o espaço onde ele estava localizado continua sendo um ponto para reflexões sobre memória, identidade coletiva e as forças do capitalismo que moldam o espaço urbano.

A demolição do edifício do Sindicato, que ocorreu em 2022, serve como um ponto de partida para discussões sobre a preservação da memória e a influência da especulação imobiliária. O vazio deixado pela ausência do edifício torna-se um símbolo do apagamento das memórias de resistência e luta dos trabalhadores, substituídas por

novas construções que servem a outros interesses econômicos. Esta transformação do espaço físico reflete as mudanças na paisagem social e política da cidade.

O Sindicato foi uma instituição vital na mobilização contra o golpe de 1964 e na resistência durante a ditadura e é representado através de documentos históricos e relatos pessoais. Essas fontes incluem o Inquérito Militar ACEN 0055967, que descreve o Sindicato como um centro de subversão, e entrevistas com figuras-chave como Ciro Pacheco e Jorge Feliciano, que fornecem perspectivas pessoais sobre os eventos. Os estudantes são incentivados a explorar essas fontes para entender o papel do Sindicato na sociedade local e seu impacto na luta de classes e na resistência política. Comparando as descrições oficiais do Inquérito Militar com as narrativas pessoais, eles podem examinar as diferenças de perspectiva e linguagem, e refletir sobre como as narrativas são organizadas a partir da perspectiva de quem a constrói.

Questões norteadoras são propostas para guiar os estudantes na análise das fontes e na reflexão sobre o Sindicato e seu papel na História e na memória de Criciúma. Essas perguntas abrangem tópicos como a importância dos sindicatos, a relação entre o Sindicato dos Mineiros e a ditadura, as estratégias de mobilização e luta utilizadas, as consequências da atuação do Sindicato, e a importância da memória na formação da identidade coletiva.

Considerações finais

A ideia central desse artigo é refletir sobre a relevância da abordagem da ditadura civil-militar no Ensino de História, por meio de um material didático centrado no trabalho com fontes históricas e um percurso urbano que transita por locais importantes relacionados à ditadura civil-militar em Criciúma. As experiências que podem emergir a partir dela, tem a possibilidade de sensibilizar e provocar reflexões profundas sobre os acontecimentos do período do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira, além de aproximar esses acontecimentos da realidade dos estudantes e das pessoas da cidade de Criciúma.

Esses locais podem servir de referência à memória e identidade dos catarinenses e da própria cidade, por isso devem ser tensionados para que emergam as muitas memórias subterrâneas neles presentes, tornando-se visíveis e possibilitando que outras narrativas possam ganhar espaço junto a memória hegemônica, especialmente a da luta da classe trabalhadora. Isso porque, além de trazer à luz memórias de pessoas que lutaram por aquilo que acreditavam e que se opuseram a um regime autoritário, a pesquisa desenvolvida contribui para a construção de Histórias pouco conhecidas da cidade e na cidade, situadas em um período sombrio da História do país.

Além disso, a relação que se estabelece com as memórias analisadas, os lugares

(re)visitados, leva em conta que a temática é um tema sensível. Assim, trazê-las para o debate, é também discutir sobre as questões não resolvidas que o envolvem, desde reparação às vítimas, até o reconhecimento e a construção de uma memória hegemônica do terrorismo de Estado e como ele afetou a sociedade civil como um todo. A abordagem da temática também possibilita lidar com posições divergentes e antagônicas, de modo que exige coragem e ao mesmo tempo sensibilidade.

O percurso urbano proposto oferece uma base para o desenvolvimento de diversas atividades complementares, tais como a criação de um podcast pela turma, abordando os aprendizados obtidos durante o percurso, ou um projeto de ensaio fotográfico que capture a essência dos locais visitados e suas Histórias. Estas atividades adicionais possivelmente enriqueceriam ainda mais a experiência de aprendizagem dos estudantes, permitindo-lhes explorar diferentes formas de reflexão sobre a História Local.

Em um presente em que vivemos constantes ataques à democracia brasileira, que cada vez mais demonstra sua fragilidade, emerge a urgente necessidade de abordar o passado em sala de aula, especialmente a ditadura civil-militar. Espera-se que esse artigo contribua em uma perspectiva crítica e sensível, como forma de mobilizar e consolidar a experiência democrática brasileira, incentivando uma educação voltada à valorização dos direitos humanos.

Referências

ALBERTI, Verena. Dois temas sensíveis no ensino de História e as possibilidades da história oral: a questão racial e a ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Meri (org.). *História oral e práticas educacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGRS, 2016. p. 35-59.

BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memórias em ambos os países*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29576>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. v. 3. (Obras escolhidas).

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília, DF: MDH, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de

ARTIGO

Cidadania, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2017.

DUARTE, Geni Rosa; CERRI, Luís Fernando. Politização e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 16, p. 229 - 256, dez. 2012. Suplemento especial. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36063>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FELICIANO, Jorge João. [Entrevista]. [Entrevista cedida à] à Janete Tichêns. *CEDOC-UNESC*, Criciúma, 20 out. 1992. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1E5bf5H0DuHmgdG1BjLD6ZIfnLO36QJHv?usp=sharing>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIL, Carmem Zeli Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188773>. Acesso em: 27 abr. 2025.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: operação Barriga Verde*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MODOLON, Morgana Vieira. *A ditadura civil-militar em Criciúma: aspectos da repressão e resistência*. 2013. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2186>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MODOLON, Morgana Vieira. *Memórias e ensino de história: a ditadura civil-militar em Criciúma como um tema sensível em sala de aula*. 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

PACHECO, Ciro Manoel. [Entrevista]. [Entrevista cedida à] Janete Tichêns. *CEDOC-UNESC*, Criciúma, 20 out. 1992. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1E5bf5H0DuHmgdG1BjLD6ZIfnLO36QJHv?usp=sharing>. Acesso em: 6 abr. 2025.

PACHECO, Ciro Manoel. [Entrevista]. [Entrevista cedida à] à Marli de Oliveira

Costa. *CEDOC-UNESC*, Balneário Rincão, 22 set. 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1JuX3U0uCk33dn3DJEfBhVTverqPnMAId/edit?usp=sharing&ouid=110937412972842397881&rtpof=true&sd=true>. Acesso em: 6 abr. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, jan. 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163491/000519969.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 abr. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 6 out. 2021.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois, (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 29-52.

ROSA, Rodrigo Garcia da. *A mais popular: história da Rádio Difusora de Criciúma 1962-1977*. 2006. 50 f. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2006.

SCHAARSCHIMITH, Marlene Machado. [Entrevista]. [Entrevista cedida à] Janete Susane da Costa Waschinewski. *CEDOC-UNESC*, Florianópolis, 13 mar. 2019. <https://docs.google.com/document/d/1ZWfahQsh4ngCmBNA9CVqtfRg-n1N184-/edit?usp=sharing&ouid=110937412972842397881&rtpof=true&sd=true>

SILVA, Marjorry Calumby Gomes da. *Rede de Comunicação Eldorado: conexões entre política e poder no sul de Santa Catarina*. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis Ed. Insular, 1996.

TORRES, Mateus Gamba. *A justiça nem ao diabo se há de negar: A repressão aos membros do partido comunista brasileiro na operação barriga verde (1975-1978)*. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TRICHÊS, Janete; ZANELATTO, João Henrique. *História política de Criciúma no século XX*. Criciúma: Ed. Da UNESC, 2015.

VITALI, Marli Paulina. *União dos estudantes secundários de Criciúma (UESC): entre o conservadorismo e a resistência*. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *Vidas marcadas: trabalhadores do carvão*. Tubarão: Ed. UNISUL, 2001.

ZANELATTO, João Henrique; CAMPOS, Krislaine da Cruz de. Comunismo e Anticomunismo no jornal Tribuna Criciumense – 1955-1965. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 22, n. 2, p. 98-119, ago. 2018.

Notas

¹Mestra em Ensino de História (UFSC), Professora de História no Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

²Doutora em História (UNB), Professora na Universidade Federal de Santa Catarina.

³Tal expressão foi retirada da entrevista do senhor Ciro Manoel Pacheco para afirmar que a cidade de Criciúma era um lugar de luta de classes e encontra-se subentendida em documentos oficiais, como o processo jurídico (ACE 019108/89) onde os responsáveis pela investigação afirmam que Criciúma é um reduto de comunistas devido a extrema exploração e as precárias condições de vida em que os trabalhadores se encontram. Nesse sentido, é importante perceber a ambiguidade nas origens do termo, cabendo questionar se o termo Cuba brasileira partiu dos movimentos resistentes ou foi imposto pela direita de forma pejorativa.

⁴A OBV foi uma das operações militares desencadeadas pelo Estado para investigar e prender os responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a OBV esteve ativa em Santa Catarina entre 1975 e 1978. Sobre a temática, ver Torres (2009) e Martins (2006).

⁵Site oficial do Criciúma Esporte Clube: <https://www.criciuma.com.br/historia>.

